

REQUERIMENTO Número /XI
(.ª)

PERGUNTA Número /XI
(.ª)

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da Mesa

Assunto: Trabalhadores do IFAP na Região Autónoma dos Açores

Destinatário: Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Cerca de uma dezena de trabalhadores da Delegação dos Açores do IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pesca, IP) estão, há mais de dois anos, à espera de uma clarificação das respectivas situações laborais.

De facto, depois da extinção do IFADAP, em 2007, estes trabalhadores foram integrados no IFAP, tal como aconteceu a nível nacional, mas foram de imediato colocados no regime de mobilidade especial da Administração Central.

O Governo Regional dos Açores já assumiu publicamente a intenção de vir a integrar os trabalhadores do IFAP/Açores na Administração Regional. Trata-se, efectivamente, de recursos humanos qualificados e experientes, essenciais para o funcionamento e desenvolvimento dos sectores da Agricultura e das Pescas na Região Autónoma.

Porém, a possível integração desta dezena de trabalhadores na Administração Regional açoriana depende de uma iniciativa legislativa do Governo da República. De acordo com a resposta a uma questão do Bloco de Esquerda sobre esta matéria, em Julho de 2009, o Governo Regional dos Açores (GRA) afirma: "Conforme foi afirmado pelo GRA desde a primeira hora, os funcionários do IFAP-

IP, na RAA, seriam integrados na Administração Pública Regional se assim o pretendessem; a integração processar-se-á por força de um Decreto-Lei, em fase de apreciação/aprovação”.

Ora, este D-L tarda em ver a luz do dia e, sem ele, a insegurança, precariedade e instabilidade de tão importante corpo técnico do IFAP manter-se-ão, com elevado prejuízo para aqueles sectores económicos, para a Região e para os próprios.

Entretanto, o Bloco de Esquerda teve conhecimento que, no passado dia 7 de Setembro, se realizou uma reunião com a presença da Presidente do IFAP, do Secretário Regional de Agricultura e Florestas, da Directora da DRACA (Direcção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura) e de trabalhadores do IFAP/Açores, onde foi apresentada a proposta para o referido D-L, com promessa da sua aprovação em Conselho de Ministros de dia 10 de Setembro.

Nessa reunião do Conselho de Ministros nada foi aprovado relativo aos trabalhadores do IFAP-Açores.

Todavia, no dia 14 de Janeiro do corrente ano chegou aos trabalhadores a informação de que a aprovação do D-L estaria atrasada e que o IFAP pretendia estabelecer um protocolo com a DRACA, mantendo-se a situação laboral dos técnicos, mas agora sob a direcção da DRACA.

Estranhamente, parece ter passado a haver um entendimento entre o GRA e o Governo da República para que não seja encontrada uma solução justa para estes trabalhadores do IFAP-Açores, que deverá contemplar, no mais curto espaço de tempo, a sua integração na Administração Regional.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, as seguintes perguntas:

1. Verifica-se algum obstáculo para que as medidas, aparentemente consensuais entre o GRA e o Governo da República, conducentes à integração dos trabalhadores do IFAP-Açores estejam a sofrer tão



elevado atraso?

2. A existir, de que obstáculo se trata e de quem é a responsabilidade?
3. Para quando prevê o Governo que o Decreto-Lei que permitirá a integração dos trabalhadores do IFAP-Açores na Administração Regional venha a ser apresentado em Conselho de Ministros?

Palácio de São Bento, 26 de Janeiro de 2010.

O Deputado